



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA - PROCESSO 1209/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO:

1.1- O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia para execução de pequenas reformas, com fornecimento de materiais e mão de obra, a fim de realizar melhorias e manutenção no prédio-sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

DETALHAMENTO DO OBJETO:

1.2 - O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum e enquadra-se nos pressupostos do Decreto Municipal nº 3.335/2023, de 28 de dezembro de 2023 (Art. 113), pois se trata de prestação de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.

1.4 - Os serviços a serem contratados são considerados comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, com padrões definidos pelo mercado, caracterizados como serviços não contínuos, de natureza pontual e prazo determinado para execução.

1.5 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviços de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal nº 2384/2023 e art. 91 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.6 - O serviço é enquadrado como não-contínuo tendo em vista que não há necessidade permanente de execução de tarefas.

1.7 - O prazo de execução da obra será conforme o Cronograma Físico-Financeiro.

1.8. O prazo de vigência do contrato será de 120 dias contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação do contrato no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 - O regime de execução é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1.10 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.

DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO

1.11 - A estimativa das quantidades de serviços necessários à execução da reforma da Câmara Municipal foi definida a partir do programa de necessidades constante no Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela Diretoria Administrativa, aliado à vistoria realizada no imóvel. Essa vistoria permitiu identificar as condições atuais da edificação e os pontos que demandam intervenção.

1.12 - Com base nessas informações, foram elaborados levantamentos dos serviços e respectivos quantitativos, devidamente complementados por especificações técnicas, todos preparados por





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

servidor habilitado da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, que também será o fiscal técnico do contrato.

1.12.1 - Esse conjunto de informações possibilitou a elaboração da memória de cálculo, da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro, que serviram de base para a definição do valor de referência da contratação, assegurando que a estimativa esteja alinhada às necessidades reais da reforma e em conformidade com as boas práticas de planejamento de obras públicas.

1.12.2 - Ressalta-se que a planilha orçamentária apresenta o valor global dos serviços a serem executados e foi elaborada com base na Tabela EMOP (ref. a junho/2025), pois demonstra as reais necessidades de materiais e seus respectivos quantitativos, assegurando a correta previsão de custos e o adequado planejamento da obra.

1.13 - Dessa forma, justifica-se a contratação pretendida, de modo a garantir a observância dos parâmetros e normas técnicas aplicáveis e possibilitar a execução adequada da reforma de pequeno porte do prédio da Câmara.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QUANT	PREÇO GLOBAL ESTIMADO
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de pequenas reformas, mediante fornecimento de materiais e mão de obra, com a finalidade de realizar melhorias e manutenção no prédio-sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu	1627	SERVIÇO	01	R\$ 115.185,86

1.14 - No preço a ser contratado deverão estar incluídos todos e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

1.15 – O custo global estimado do objeto a ser contratado será decomposto em seus respectivos custos unitário por meio da Planilha Aberta e Formação de Preços, ANEXO II do Aviso. O Fornecedor classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar este ANEXO por ele elaborado, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua Proposta, sob pena de não aceitação da Proposta.

1.15.1 - Não podendo em nenhuma hipótese a contratação ultrapassar o BDI e o preço unitário máximo mencionado em cada item da Planilha Orçamentária – ANEXO VI e da Planilha de Composição Analítica do BDI – ANEXO XII do Aviso.

1.16 – A Empresa vencedora será convocada a apresentar à CÂMARA, por meio eletrônico, o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), ANEXO XIII do Aviso, com os respectivos valores adequados ao valor final da Proposta Vencedora.

1.17 – BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS – BDI:

1.17.1 – É a taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os atributos e fretes incidente.

1.17.2 – Salvo condições expressas ao contrário, remunera as despesas a seguir relacionadas: Despesas indiretas, estas formando os seguintes itens a seguir listados:





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- 1.17.2.1 – Administração Central;
- 1.17.2.2 – Impostos Sobre Faturamento;
- 1.17.2.3 – Seguro e Garantia;
- 1.17.2.4 – Despesas Financeiras: PIS (Programa de Integração Social), ISS (Imposto Sobre Serviço) e CONFINS;
- 1.17.2.5 – Risco;
- 1.17.2.6 – Lucro;
- 1.17.2.7 – INSS.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

2.1 - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 – A contratação será realizada de forma direta, por dispensa de licitação, na sua forma eletrônica, por se tratar de obra de pequeno valor, cujo montante não ultrapassa o limite de R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), conforme disposto no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024. Tal procedimento encontra respaldo legal na Lei nº 14.133/21, Art. 75, I, considerando o valor estimado da obra e a natureza dos serviços a serem executados.

2.3 - A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu necessita realizar pequena reforma e pinturas internas e externas em seu prédio-sede, uma edificação antiga, de valor histórico e cultural para o Município, que no passado abrigou o Fórum da cidade. A iniciativa busca conservar e valorizar o patrimônio, reforçando sua relevância institucional como marco urbano.

2.4 - O imóvel apresenta desgaste natural, desbotamento da pintura e deterioração de áreas externas, exigindo reparos em bordaduras, detalhes arquitetônicos e na rampa e escada de acesso, além da revitalização das paredes internas e da instalação de *drywall* para fechamento de porta sem uso próximo à recepção. Também está prevista a implantação de nova iluminação no entorno do prédio, a fim de destacar suas características arquitetônicas e oferecer melhores condições de uso, acessibilidade e conforto.

2.5 - A contratação também se justifica pela ausência de servidores da própria da Câmara para execução dos serviços, sendo necessária empresa especializada para garantir qualidade, segurança e economicidade. Com base em toda documentação elaborada pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos da Prefeitura de Casimiro de Abreu a demanda se apresenta legal, transparente e indispensável para a conservação, funcionalidade e preservação patrimonial da sede do Poder Legislativo Municipal.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - A solução contratada visa à execução de pequena reforma do prédio da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, **localizado na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro**, abrangendo todas as etapas necessárias para assegurar a durabilidade, a funcionalidade e a preservação do patrimônio público ao longo de seu ciclo de vida, em conformidade com a Memória de Cálculo – ANEXO V do Aviso elaborada pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

3.2 - O prédio atualmente utilizado como sede da Câmara encontra-se cedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, não integrando, portanto, o patrimônio do Poder Legislativo Municipal. Contudo, a Câmara assume integralmente a responsabilidade pela gestão, conservação e manutenção do imóvel, garantindo seu uso adequado e preservação.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

3.3 - O conjunto de medidas a ser realizado pela Prestadora de Serviços envolve:

- I - Organização do espaço físico, instalação de tapumes de proteção, placa de identificação da obra e adequação do canteiro para execução segura dos serviços;
- II - Locação, montagem, transporte e desmontagem de andaimes tubulares e plataformas de madeira, garantindo segurança e eficiência na execução em altura;
- III - Execução de pisos em porcelanato e granito, rodapés, parede em drywall, patamares e espelhos de escada, seguindo rigorosamente as especificações técnicas;
- IV - Fornecimento e instalação de luminárias de fachada e internas, refletores, balizadores, arandelas, quadro de distribuição, cabeamento elétrico e pontos de luz embutidos, incluindo mão de obra qualificada;
- V - Pintura e repintura interna e externa em superfícies diversas (alvenaria, madeira, ferro), aplicação de selador, demãos de acabamento, caiação e repintura de elementos existentes;
- VI - Supervisão técnica, gerenciamento do canteiro e coordenação das equipes, garantindo o cumprimento de normas de segurança e qualidade.

3.4 - A execução da obra será realizada sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, o que permite à Contratada planejar e executar todas as etapas de maneira integrada, garantindo que os serviços sejam concluídos dentro do prazo e com a qualidade exigida. O Cronograma Físico-Financeiro – ANEXO VII do Aviso define a sequência das atividades, possibilitando medições parciais e acompanhamento constante da execução, promovendo transparência e controle sobre os custos.

3.5 - O prazo de execução total da obra é de 60 dias, dividido em 02 (duas) etapas: a primeira de 30 (trinta) dias e a segunda de 30 (trinta) dias subsequentes, com marcos intermediários estabelecidos para acompanhamento físico-financeiro:

3.5.1 - Nos primeiros 30 dias: execução de aproximadamente 45,6% do valor total, incluindo canteiro de obras, parte dos equipamentos, início das alvenarias e revestimentos, serviços iniciais de elétrica e pintura;

3.5.2 - Nos 30 dias subsequentes: execução dos 54,4% restantes, concluindo alvenarias, revestimentos, instalações elétricas, pintura final, acabamento e entrega da obra;

3.5.3 – Após o prazo de execução total da obra (60 dias) será realizada o aceite provisório e o aceite definitivo divididos em duas etapas de 15 dias.

3.6 - Durante o ciclo de vida do objeto, a solução prevê a utilização de materiais de alta durabilidade e conformidade técnica, como granito, porcelanato e metais, bem como a aplicação de normas e padrões de qualidade que assegurem boa resiliência às intempéries, baixo custo de manutenção e maior longevidade das intervenções. A escolha de materiais e métodos de execução considera a necessidade de reduzir desgastes futuros e facilitar eventuais manutenções preventivas ou corretivas.

3.7 - A gestão da obra será acompanhada pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos, que atuará como fiscalização técnica através de um servidor devidamente habilitado, assegurando que todas as etapas respeitem as especificações contidas na memória de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. Esta supervisão garantirá que a solução entregue esteja alinhada aos padrões de desempenho, qualidade e segurança esperados para edificações públicas.

3.8 - O planejamento permite a flexibilidade de prorrogação contratual, mediante justificativa técnica, para atender a fatores como condições climáticas, fornecimento de materiais ou ajustes necessários à qualidade da execução.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

3.9 - A obra será conduzida de forma integrada, garantindo a preservação do patrimônio público, a funcionalidade do prédio, a segurança de usuários, servidores e trabalhadores e a durabilidade dos serviços e materiais empregados, acompanhando todas as fases do ciclo de vida do objeto, desde a preparação do canteiro até o acabamento, limpeza da obra e a sua entrega final concluída.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro projeto básico;

4.2 - Todos os serviços devem ser executados conforme metodologia constante no termo de referência e seus anexos e em conformidade com as normas técnicas da ABNT e as normas regulamentadoras (NR's).

4.3 - Os serviços a serem contratados são considerados serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, não sendo enquadrados como serviços continuados. Embora o luxo seja vedado nesta contratação, assim como ocorre, em regra, na Administração Pública, deve-se assegurar a seleção de materiais e serviços que atendam plenamente aos requisitos necessários, priorizando qualidade e durabilidade, sempre aliados ao melhor preço.

4.4 - Convém ressaltar que o **serviço comum de engenharia** é uma atividade legalmente definida como privativa de arquitetos e engenheiros, que consiste na execução de ações técnicas padronizadas voltadas ao reparo, manutenção e reforma de edificações. Tais serviços não implicam em intervenção significativa no meio ambiente, nem em alterações substanciais das características originais do imóvel, mas sim na recuperação e preservação de sua funcionalidade.

4.5 - No caso da Câmara, a intervenção busca não apenas conservar o patrimônio público, mas também garantir condições adequadas para o exercício de atividades administrativas e legislativas, ao mesmo tempo em que valoriza a estética de sua arquitetura diferenciada, reforçando a importância do edifício como referência cultural e histórica para o Município.

4.6 - Os serviços serão pagos por preço global, conforme execução das etapas relacionadas em Cronograma Físico-Financeiro específico – ANEXO VII do Aviso. A obtenção dos quantitativos de cada serviço foi estimada por meio de levantamento de quantidades determinadas com base em vistoria "in loco".

DOS REQUISITOS LEGAIS NORMATIVOS

4.7 - Lei nº 14.133/2021 – Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, incluindo a formalização da demanda, estudo técnico preliminar e critérios de contratação;

4.8 - Lei Complementar nº 123/2006 – Define tratamento diferenciado e favorecido para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), garantindo participação e benefícios previstos na legislação;

4.9 - Lei nº 10.098/2000 e atualizações - Estabelece requisitos para a construção e reforma de edifícios e habitações para garantir acessibilidade;

4.10 - Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela CGU e AGU;

4.11- Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais, especialmente:

a) **NBR 9050** – Acessibilidade em edificações (caso haja intervenções que envolvam acessibilidade).

b) **NBR 6494** – Segurança nos andaimes.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- c) **NBR 13755** – Revestimento de paredes externas e fachadas com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante.
- d) **NBR 13006** – Revestimentos cerâmicos.
- e) **NBR 5410** – Instalações elétricas de baixa tensão.
- f) **NBR 13245** – Execução de pintura em edificações não industriais.
- g) **NR 10** – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- h) **NR 18** – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção (canteiro, andaimes, tapumes, instalações provisórias).
- i) **NR 35** – Trabalho em altura (andaimes e pintura externa).

4.12 - Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o que inclui o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), em atendimento à Instrução Normativa nº 2, de 4 de junho de 2014, quando cabível;

4.13 - Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e nas Instruções e Resoluções do Conselho Regional dos Técnicos Industriais e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CRT/CFT).

No Manual de Obras Públicas – Edificações: Práticas SEAP – Projeto, da Secretaria de Estado de Administração e Patrimônio, Rio de Janeiro.

4.14 - Notas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

4.15 - Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

DA SUSTENTABILIDADE

4.16 - A contratação deverá contemplar, no que couber, práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.17 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a empresa contratada deverá armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas, adotando práticas de gestão ambiental responsáveis durante a execução do objeto.

4.18 - Os serviços prestados deverão pautar-se no uso racional de recursos e equipamentos, evitando desperdícios e prevenindo a geração excessiva de resíduos, em alinhamento às diretrizes de responsabilidade ambiental.

4.19 - O material empregado deverá atender à melhor relação entre custo e benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto, devendo-se adotar, quando cabível, práticas de sustentabilidade que incluam a redução do impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; a preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; a maior eficiência no uso de recursos como água e energia; a geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; a utilização de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; a garantia de origem ambientalmente regular dos recursos utilizados; e o descarte adequado dos resíduos da construção, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.20 - A CONTRATADA deverá ainda orientar seus empregados quanto à adoção dessas práticas, assegurando conformidade com a legislação ambiental e trabalhista, além da preservação da saúde e da segurança dos trabalhadores e dos demais envolvidos na execução dos serviços.





4.21 - Todos os materiais deverão estar previstos no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).

4.22 - Os resíduos gerados devem ser segregados e encaminhados para destinação correta (reaproveitamento, reciclagem ou aterro licenciado).

4.23 - Recomenda-se a instalação de caçamba seletiva no canteiro de obras para facilitar a separação de resíduos.

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.24 - Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

4.24.1 - A vedação se justifica pela existência de empresas no mercado plenamente capacitadas para executar o objeto de forma integral, sem a necessidade de segmentação ou terceirização. A subcontratação comprometeria o controle técnico da execução, além de não representar vantagem à Câmara, do ponto de vista técnico, operacional ou econômico.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

4.25 - Considerando que o objeto a ser contratado não demanda alta complexidade técnica nem requer especialização conjunta ou partilha de capacidades, mostra-se desnecessária a formação de consórcio.

DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.26 - Não será admitida a participação de cooperativa de trabalho, qualquer que seja a sua formação, já que há vínculo de subordinação direta entre o empregado e a empresa contratada para a prestação de serviços, como é tipicamente realizada a atividade como base na responsabilidade técnica de engenharia ou arquitetura.

DA GARANTIA

4.27 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- a) Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- b) A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
- c) A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo da contratação.

DA VISITA TÉCNICA

4.28 - A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de visita prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

4.29 - Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a visita prévia.

4.30 - Para a visita, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

4.31 - A visita deve ser agendada previamente e exclusivamente pelo endereço eletrônico: camara@casimirodeabreu.rj.leg.br.

4.31.1 – Caso o interessado opte por realizar a visita, **A CÂMARA** emitirá Declaração de Visita Técnica, conforme ANEXO IX do Aviso de Dispensa.

4.32 - O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.33 - Caso o interessado opte por **NÃO** realizar a visita, deverá prestar Declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme o **ANEXO X – Modelo de Declaração de Não realização de Visita Técnica**.

4.34 - A não realização da visita não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

DA EXIGÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.35 - OPERACIONAL

4.35.1 - A empresa proponente deverá apresentar Certidão de Registro e Regularidade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

4.35.2 - A empresa deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com os serviços de construção civil abrangidos pelo objeto, mediante apresentação de atestados de obras ou serviços similares, abrangendo o **quantitativo das parcelas de maior relevância especificadas na planilha abaixo**. A comprovação poderá ser feita pelo somatório de atestados distintos, desde que demonstrem experiência prática em obras de características equivalentes e demais atividades correlatas à execução do objeto.

DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA
Pintura com tinta látex. Classificação standard, conforme ABNT NBR 15079, para exterior, inclusive lixamentos, limpeza, uma demão de selador acrílico e duas demãos de acabamento.	659,00 M²
Revestimento de Piso Cerâmico em Porcelanato, Acabamento da Borda Retificado, no Formato 90x90 Cm, para uso em Áreas Comerciais Com Tráfego Intenso, Conforme ABNT NBR ISO 13006, Assente em Superfície Nivelada com Argamassa Colante e Rejuntamento Pronto.	73,00 M²

4.35.3 - A exigência de comprovação de aptidão por meio de atestados de obras ou serviços similares, abrangendo, o quantitativo das parcelas de maior relevância da planilha orçamentária, decorre da necessidade de garantir que a empresa contratada possua experiência prática suficiente para a execução de serviços de complexidade equivalente ao objeto da contratação (Súmula 263 TCU).

4.35.4 - Caso haja dúvida quanto à autenticidade ou adequação dos atestados apresentados, o agente de contratação poderá solicitar documentos complementares, tais como os contratos que lhes deram origem.





4.36 – PROFISSIONAL

4.36.1- Para atendimento à qualificação técnico-profissional, a comprovação deverá ser feita pela empresa mediante a apresentação de profissional(is) de nível superior Engenheiro Civil ou Arquiteto, reconhecido(s) pelo respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), integrante(s) do seu corpo técnico ou por meio de Declaração assumindo o compromisso de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, ainda que terceirizado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional na data de abertura das propostas – ANEXO XIV do Aviso.

4.36.2 - O(s) profissional(is) deverá(ão) ser detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no **CREA ou CAU** da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo respectivo conselho, que comprove(m) ter executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada (CNPJ diferente do da licitante), serviços com características similares e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, referente às parcelas de maior relevância.

4.36.3 – Caso o Engenheiro Civil for registrado em outro Estado fica obrigado, para a fase contratual/execução do objeto da Contratação Direta, a visar o seu registro no Estado do Rio de Janeiro, obtendo o “**Visto em Registro Profissional**” junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ). O registro original no CREA de origem tem abrangência nacional, mas o visto é a forma de regularizar a atuação em outra jurisdição, sendo a base normativa Lei nº 5.194 de 1996, em seu artigo 58 e a Resolução CONFEA nº 1.007/2003, em seu artigo 3º e seguintes.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1 - A execução dos serviços contratados deverá seguir os critérios técnicos e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência, com observância às normas de qualidade, pontualidade e respeito às diretrizes institucionais da CÂMARA.

5.2 - A Contratada compromete-se a prestar os serviços contratados com o mais alto padrão de qualidade e profissionalismo, conforme especificações acordadas entre as partes e em conformidade com as especificações técnicas descritas estabelecidas no presente Termo de Referência.

5.3 - Os serviços objeto desta contratação incluem:

5.3.1 – CANTEIRO DE OBRAS

I – Placa de identificação da obra pública, confeccionada em lona tipo banner com impressão digital de alta resolução, fixada em suportes de madeira, contendo todas as informações obrigatórias, conforme legislação e padrões institucionais.

II – Tapume de vedação e proteção, executado em telhas trapezoidais de aço galvanizado, espessura mínima de 0,5 mm, estruturado com engradamento de madeira resistente, garantindo o isolamento da área, segurança dos trabalhadores e integridade dos transeuntes durante a execução dos serviços.

5.3.1.1 - O canteiro de obras deverá permanecer organizado, seguro e devidamente sinalizado durante toda a execução da obra, atendendo às normas de segurança, boas práticas de trabalho e fiscalização da Câmara.





5.3.2 - EQUIPAMENTOS E ANDAIMES

I – Locação de andaime tubular sobre sapatas fixas, incluindo montagem, utilização e desmontagem. O pagamento será realizado proporcional ao período de utilização efetiva do andaime, conforme especificado na memória de cálculo (área de projeção vertical de 171,95 m², considerando o período mensal de utilização de 1 mês). Todos os andaimes deverão ser montados conforme normas de segurança, garantindo estabilidade e proteção durante a execução das atividades em altura.

II – Plataformas e passarelas de madeira de primeira qualidade, utilizadas para circulação segura dos trabalhadores, com aproveitamento previsto para 20 utilizações conforme memorial, garantindo suporte adequado às atividades de reforma.

III – Transporte, carga e descarga dos andaimes, considerando a área de projeção vertical de 27,15 m² por deslocamento, incluindo movimentação dentro do canteiro, de modo a assegurar o correto manuseio, a segurança dos trabalhadores e a preservação dos materiais durante toda a movimentação.

5.3.2.1 - Todos os equipamentos e andaimes deverão permanecer em perfeito estado de conservação, seguros e adequadamente posicionados durante toda a execução da obra, atendendo às normas de segurança e fiscalização da Câmara Municipal.

5.3.3 - REVESTIMENTOS E ALVENARIA

I – Espelho ou chapim em granito cinza andorinha (perímetro do telhado)

- a) Fornecimento e assentamento de espelho (chapim) em granito cinza andorinha, polido, com dimensões de 20 x 2 cm, em todo o perímetro do telhado.
- b) Execução conforme especificações na Memória de Cálculo, garantindo acabamento uniforme e alinhamento correto ao longo do perímetro.

II – Fachada /escada

- a) Revestimento cerâmico em porcelanato, acabamento da borda retificado no formato (90x90) cm, uso em áreas comerciais com tráfego intenso, assentado sobre superfície nivelada com argamassa colante e rejuntamento pronto, garantindo acabamento uniforme e resistência ao desgaste.

III – Fachada

- a) Rodapé de cerâmica em porcelanato, de 7,5 a 10 cm de altura, aplicado conforme especificado no item 13.025.0058, feito a partir de placa de porcelanato com área superior a 1,00 m² proporcionando acabamento estético e proteção das paredes.

IV – Soleira de granito preto (patamar e espelho da escada)

- a) Fornecimento e assentamento de soleira de granito preto, dimensões 2 x 13 cm, com 02 polimentos conforme especificado no item 13.365.0010.

V – Patamar e espelho da escada

- a) Revestimento de pisos com granito preto em placas, com espessura de 2 cm, polido com dois polimentos, assentado em superfície preparada em osso, com nata de cimento sobre a argamassa, de cimento, areia e saibro na proporção 1:2:2, com rejuntamento em cimento branco e corante, garantindo durabilidade e acabamento uniforme.
- b) Área total: 4,65 m².

VI – Fechamento de portas

- a) Parede em drywall, com espessura de 140 mm, composta por montantes simples autoportantes de 90 mm e guias horizontais de 90 mm, ambos em aço galvanizado com espessura de 0,5 mm, com quatro chapas de gesso acartonado standard, espessura de 12,5 mm, largura de 1200 mm,





fixada aos montantes com parafusos e tratamento de juntas com massa e fita, assegurando superfície uniforme e pronta para acabamento.

b) Fornecimento e assentamento do revestimento necessário para fechamento de duas portas, com dimensões de 2,50 x 1,60 m cada (total 8,00 m²).

5.3.3.1 - Todos os materiais e serviços deverão ser executados conforme normas técnicas da ABNT, respeitando as dimensões, áreas e quantidades previstas na memória de cálculo. A contratada deverá garantir segurança, organização do canteiro e qualidade nos acabamentos, mantendo as áreas limpas durante e após a execução.

5.3.4 - **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO**

I – Alimentação de luminárias e refletores até o quadro elétrico, incluindo fornecimento, instalação, corte, preparo e enfição de cabos de cobre flexível com isolamento termoplástico de 2,5 mm², 450/750 V, em eletrodutos de PVC rígido conforme memória de cálculo.

II – 06 (seis) Balizadores de embutir em alumínio pintado, para uma lâmpada LED de 4,5 W, inclusive fornecimento e instalação.

III – 06 (seis) Arandelas em alumínio e vidro, com base para fixação, fornecimento e instalação, exceto lâmpadas.

IV – Instalação de pontos de luz embutidos na laje, equivalente a 2 varas de eletroduto de PVC rígido de 3/4", 12,00 m de fio 2,5 mm², caixas, conexões, curvas, luvas e interruptor de embutir com placa fosforescente, inclusive abertura e fechamento e rasgo em alvenaria.

V - 06 (seis) luminárias tipo spot, direcionáveis, exclusive lâmpadas, com fornecimento e colocação.

VI – instalação de 04 (quatro) luminárias fechadas (refletor) para a iluminação de quadras de esporte e afins, para lâmpada LED de 50 W inclusive esta, com fornecimento e colocação.

VII – Serviços de mão de obra de eletricista, incluindo encargos sociais.

VIII – Quadro de distribuição de energia, para disjuntores termomagnéticos unipolares de sobrepor, com porta e barramentos de fase, neutro e terra, para instalação de até 08 disjuntores, sem dispositivo para chave geral, com fornecimento e colocação

IX - 04 (quatro) disjuntores termomagnético, tripolar de 10 a 32 A, 3 KA, modelo DIN, tipo C com fornecimento e colocação.

5.3.4.1 - Todos os serviços deverão ser executados conforme normas técnicas da ABNT, garantindo segurança, confiabilidade e eficiência do sistema elétrico. Cabos, eletrodutos, luminárias e quadros deverão permanecer em perfeito estado de conservação durante e após a execução, atendendo às exigências da fiscalização da Câmara.

5.3.5 - **PINTURA**

I – Pintura externa do prédio, saguão e escada

a) Aplicação: preparação da superfície, lixamentos, limpeza, 1 demão de selador acrílico e 2 demãos de tinta látex classificação standard, conforme ABNT 15079 para exterior.

b) Área externa do prédio: 526,00 m² (perímetro 61,90 m x 9,50 m, descontando áreas específicas).

c) Área do saguão: 74,88 m² (24,96 m x 3,00 m).

d) Área da escada: 58,36 m² (18,24 m x 3,20 m).

II – Caição interna ou externa do muro do estacionamento





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- a) Aplicação: em duas demãos com adição de fixador, assegurando melhor aderência e uniformidade sobre paredes ásperas ou chapiscadas.
b) Área: 216,27 m²

III – Repintura das grades de proteção

- a) Execução: Repintura interna ou externa sobre ferro em bom estado, nas condições do item 17.017.0320 e na cor existente.
b) Área total: 920,00 m² (grades do estacionamento, janelas laterais, frente e fundos do prédio)

IV – Repintura das janelas e portas

- a) Execução: Repintura interna ou externa sobre madeira com tinta a óleo brilhante ou acetinada, sobre fundo sintético nivelador, incluindo lixamento e 2(duas) demãos de acabamento, mantendo a cor existente.
b) Área total: 131,00 m²

5.3.5.1 - Todos os serviços deverão ser executados conforme normas técnicas da ABNT, garantindo qualidade, uniformidade e proteção das superfícies. As áreas deverão permanecer limpas, organizadas e seguras durante toda a execução da pintura.

5.3. 6 - **ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

I – Gestão e supervisão da obra

- a) Unidade de referência: 100 UR (Unidades de Referência na administração local)
- b) As despesas que comportam em Unidade de Referência para complementação da Administração Local compreendem consumo de água, energia elétrica, serviços de telefonia, material de limpeza, material de escritório, computadores, licenças e autorizações, móveis e utensílios, aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, ART, RRT, fotografias, uniformes, diárias, exames admissionais, periódicos e demissionais, cursos de capacitação, treinamentos e demais itens que complementem as despesas necessárias ao funcionamento da administração local, ficando excluídas as despesas com café da manhã, refeições, cestas básicas e vales-transporte.
- c) O quantitativo de 100 Unidades de Referência dimensiona a administração e suporte necessários, abrangendo todos os serviços de gestão, fiscalização, logística, segurança, recursos humanos e infraestrutura legalmente exigida.

DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.4 - A execução dos serviços ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global, conforme detalhado no Cronograma Físico-Financeiro e nas especificações técnicas que foram elaboradas pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos – SEMOHSP, constantes neste Termo de Referência.

5.5 - Qualquer modificação, detalhamento ou acréscimo nos serviços somente será admitido mediante autorização formal, escrita e expressa da Câmara, por meio de sua fiscalização técnica.

5.5.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todo e qualquer ônus decorrente de modificações sugeridas pela mesma.

5.6 - A CONTRATADA deverá fornecer e manter **toda a infraestrutura necessária para a adequada execução dos serviços**, conforme normas de segurança e legislação vigente.

5.7 - É responsabilidade da CONTRATADA assegurar gestão, supervisão e coordenação das atividades, garantindo conformidade com a memória de cálculo, normas técnicas e cronograma físico-financeiro.





5.8 - Todos os serviços de Administração local devem ser realizados de forma a garantir organização, segurança, controle de custos e eficiência na execução da obra, assegurando que a fiscalização tenha pleno acesso às informações e condições adequadas de acompanhamento, permitindo fiscalização efetiva e garantindo qualidade em todas as etapas.

5.9 - A CONTRATADA deverá manter registros atualizados de insumos, materiais, mão de obra e equipamentos, garantindo total transparência para fiscalização e acompanhamento da execução.

5.8 - Todos os serviços deverão seguir o que estiver detalhado na Memória de Cálculo - ANEXO V e Planilha Orçamentária – ANEXO VI, sendo executados com materiais e equipamentos de qualidade comprovada, atendendo às normas técnicas da ABNT aplicáveis e às exigências da fiscalização.

5.10 - Ao final da obra a CONTRATADA deverá entregar o local limpo, organizado e em perfeito estado de conservação, pronto para uso, conforme as especificações previstas neste termo.

DO PRAZO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.11 - Após a assinatura do contrato, será agendada reunião de início dos serviços nas dependências da Câmara, devendo estar presentes na reunião:

- a) Representante legal da Contratada;
- b) Responsável Técnico da Contratada;
- c) Representante da Câmara (Gestor do Contrato);
- d) Fiscal Técnico e Administrativo do Contrato.

5.12 - A Ordem de Início dos Serviços somente será emitida mediante apresentação, na reunião de início, dos seguintes documentos:

- I - Ficha funcional dos Funcionários que estarão vinculados ao Contrato;
- II - Livro Diário de Ocorrências para abertura.

5.13 - A documentação mencionada no item anterior deverá ser entregue na reunião inicial, sendo que sua atualização, no decorrer da obra, ficará a cargo da CONTRATADA.

5.14 - O prazo para a execução dos serviços será de até **02 (dois) meses**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Início dos Serviços** emitida pelo Fiscal do Contrato ou por servidor formalmente designado, devendo os serviços contratados ser iniciados em até 48 (quarenta e oito) horas.

5.15 - A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos as ART/RRT referentes à execução da reforma. A guia da ART /RRT deverá ser mantida no local dos serviços.

5.16 - A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Câmara nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do Contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

5.17 - A CONTRATADA deverá providenciar o fechamento das áreas próximas ao local onde estiverem sendo executados os serviços, caso necessário, visando a não interferir nas demais atividades realizadas na Câmara.

5.18 - A CONTRATADA deverá realizar a limpeza do terreno para a instalação do canteiro de obras.

5.19 - A CONTRATADA deverá justificar por escrito e avisar previamente à Fiscalização as alterações, substituições e/ou complementações ao objeto do Contrato, que não puderem ser previstas com antecedência.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

DA EQUIPE DE TRABALHO

5.20 - A equipe responsável pela execução dos serviços deverá ser composta por profissionais devidamente qualificados, que deverão apresentar-se uniformizados, em boas condições de asseio, utilizando camisas ou camisas fechadas, calças, calçados de segurança e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para cada atividade. O cumprimento integral das normas de segurança do trabalho vigentes é obrigatório, bem como a manutenção de postura ética e conduta compatível com o ambiente público.

DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

5.21 - A CONTRATADA será responsável por todo o fornecimento de materiais, ferramentas, EPIs e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

5.22 - Os materiais deverão ser novos, de primeira linha, certificados, e atender às normas da ABNT e da concessionária de energia elétrica.

5.23 - A CONTRATADA deverá manter controle sobre o estoque e apresentar, quando solicitado, comprovantes de origem e qualidade dos materiais utilizados.

DA GESTÃO DE RESÍDUOS

5.24 - Todo resíduo ou material resultante da obra (restos de concreto, argamassa, entre outros) deverá ser destinado de forma ambientalmente adequada, com prioridade para o reaproveitamento, quando possível.

5.25 - O transporte e o descarte são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.26 - É vedado o descarte em vias públicas ou locais não autorizados, sob pena de aplicação de sanções administrativas e legais.

DAS REGRAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA EMISSÃO DAS ORDENS DE SERVIÇOS E PAGAMENTO

5.27 - Os serviços serão medidos pelas quantidades efetivamente executadas, mediante aprovação do Fiscal do Contrato nas unidades especificadas na Planilha Orçamentária (em Anexo).

Unidade	Critério Geral de Medição
M	Os serviços serão medidos e pagos por comprimento efetivamente executado/aplicado até o momento do fechamento da medição, descontando-se os vãos, conforme o caso.
M2	Os serviços serão medidos e pagos pela área efetivamente executada/aplicada até o momento do fechamento da medição, descontando-se os vãos, conforme o caso.
M2XMES	Os serviços serão medidos e pagos pela área efetivamente executada no mês.
M2XKM	Os serviços serão medidos e pagos pela área efetivamente executada e a distância efetivamente percorrida.
UN	Os serviços serão medidos e pagos por unidade (un) efetivamente executada/instalada até o momento do fechamento da medição.

DO LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

5.28 - A prestação dos serviços será realizada no prédio-sede da Câmara, **sito à Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu – RJ, de segunda a sexta- feira, das 8 às 17h ou no horário a ser acordado entre as partes.**

DAS ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.29 - A execução contratual observará as rotinas abaixo, resumidamente elencadas:

I - Seguir as normas técnicas da ABNT aplicáveis, o memorial de cálculo, as legislações vigentes (inclusive ambientais, trabalhistas e de segurança), o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro – COSCIP/RJ, bem como o cronograma físico-financeiro aprovado;

II - Mobilização do canteiro de obras e sinalização: organização do espaço físico, instalação de tapumes de proteção, fixação de placa de identificação da obra e adequação do canteiro para execução segura dos serviços;

III - Livro Diário de Obras: registro diário das condições climáticas, composição da equipe, serviços executados, materiais utilizados, entregas recebidas, ocorrências e fatores impeditivos, acompanhado de registro fotográfico. O diário deverá ser assinado pelo preposto da contratada e pelo fiscal da Câmara, sendo posteriormente inserido em processo administrativo específico;

IV - Controle de segurança e EPIs: conferência e uso obrigatório de EPIs (capacetes, luvas, botas, cintos de segurança, óculos de proteção etc.); checklist diário de condições seguras do ambiente de trabalho; registro de riscos e providências adotadas;

V - Permissão de Trabalho em Altura (PTA): emissão e disponibilização diária das autorizações para serviços executados acima de 2,00m de altura, conforme NR-35, que devem permanecer disponíveis no local da obra para fiscalização;

VI - Recebimento e controle de materiais: conferência de notas fiscais, quantidades, prazos de validade e especificações; coleta de amostras para ensaios (traço, aderência, resistência etc.); armazenamento e acondicionamento adequado dos insumos;

VII - Equipamentos e andaimes: locação, montagem, transporte, utilização e desmontagem de andaimes tubulares e plataformas de madeira, assegurando as condições de segurança e eficiência para execução das atividades em altura;

VIII - Alvenarias e revestimentos: execução de pisos em porcelanato e granito, assentamento de rodapés, execução de paredes em *drywall*, patamares e espelhos de escada, seguindo rigorosamente as especificações técnicas e normas aplicáveis;

IX - Instalações elétricas e iluminação: fornecimento e instalação de luminárias de fachada e internas, refletores, balizadores, arandelas, quadro de distribuição, cabeamento elétrico em cobre e pontos de luz embutidos, incluindo mão de obra devidamente qualificada;

X - Pintura e acabamento: pintura interna e externa em superfícies de alvenaria, madeira e ferro; aplicação de selador, execução de demãos de acabamento, caiação em superfícies ásperas ou chapiscadas, bem como repintura de elementos existentes;

XI - Administração local e serviços complementares: A contratada será responsável pela supervisão técnica, coordenação das equipes, execução de lixamentos, aplicação de selador e demãos de acabamento, bem como pela limpeza do espaço durante e no encerramento da obra, com arremates finais, se necessário, garantindo instalações funcionando corretamente, áreas seguras e entrega do prédio pronto para uso, em conformidade com todas as normas de segurança e qualidade.





DA GARANTIA TÉCNICA DO SERVIÇO

5.30 - A CONTRATADA será responsável pela garantia da solidez, segurança e durabilidade da obra executada, pelo prazo mínimo de 12 meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

5.31 - Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar todos os reparos necessários decorrentes de falhas de execução, vícios ocultos, uso de materiais inadequados ou quaisquer defeitos que comprometam a integridade da obra, no prazo máximo estabelecido em notificação da Administração. O não atendimento implicará na aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

5.32 - A garantia ora estabelecida não exime a CONTRATADA das demais obrigações legais e contratuais, inclusive quanto à responsabilidade técnica dos serviços prestados e à apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução da obra.

DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.33 - Entrega formal da obra executada, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo, condicionado à verificação, por parte da fiscalização, do cumprimento integral das obrigações contratuais e da conformidade técnica dos serviços prestados.

5.34 - Apresentação de relatório final de execução, contendo:

- a) Registro fotográfico da obra concluída (antes e depois dos serviços);
- b) Relação dos serviços efetivamente realizados, com eventuais ajustes ou modificações durante a execução;
- c) Lista de materiais aplicados, com respectivos comprovantes de origem legal (em especial no caso da madeira);
- d) Comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade e exigências ambientais previstas.

5.35 - Entrega de documentação técnica final, incluindo:

- a) ART de execução quitada;
- b) Certificados de garantia dos serviços e materiais aplicados;
- c) Manuais de uso e manutenção preventiva, quando couber;
- d) Plantas e documentos atualizados conforme executado (as built), se aplicável.

5.36- Encerramento administrativo, com apresentação de certidões e comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e técnica, válidas até a data de finalização contratual.

5.37 - Transferência à Câmara de informações relevantes sobre a execução dos serviços que possam subsidiar ações de manutenção, fiscalização futura ou nova contratação.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115).

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do serviço, em todas as suas fases, obrigando-se a Contratada a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer execução de serviços que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência da CONTRATADA, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à CONTRATADA, direito a qualquer indenização.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.5 - O prazo de vigência do contrato será de **04 (quatro) meses**, contados a partir 1º dia útil subsequente à data da assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA à Câmara.

6.5.1 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5.2 - Eventuais prorrogações em hipóteses distintas da prevista no art. 111 da Lei nº 14.133/2021 deverão ser formalmente justificadas e previamente autorizadas pela Câmara, com base nos dispositivos legais aplicáveis.

DO REAJUSTE/REPACTUAÇÃO

6.6 - Os preços pactuados nesta licitação serão, inicialmente, irrealizáveis.

DAS ALTERAÇÕES

6.7 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.8 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.9 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

DOS SERVIÇOS EXTRA CONTRATUAIS





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

6.10 - Caso durante a execução do objeto se faça necessário firmar termos aditivos com serviços novos ou previamente existentes na planilha orçamentária, serão observados os seguintes requisitos:

6.10.1 - Para itens que já estejam contemplados no contrato, os preços unitários serão os mesmos já contratados, constantes da proposta vencedora.

6.10.2 - Para itens novos a serem incluídos na planilha orçamentária do serviço, a inclusão dos itens deverá atender ao que segue:

6.10.2.1 - Caso o Sistema de Preços EMOP, SCO, SINAP etc. contemple o serviço, o preço unitário deverá corresponder ao encontrado naqueles sistemas respeitando o **lo (Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP)** da Planilha Orçamentária, aplicado sobre este o mesmo desconto dado pelo vencedor no ato licitatório.

6.10.2.2 - Caso o item não seja contemplado pelo Sistema de Preços EMOP, SCO, SINAPI ou outros, o preço adotado será o menor dentre os obtidos em no mínimo 03 (três) cotações no mercado.

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.11 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.11.1 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.2 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.11.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.11.7 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

6.11.8 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTÃO DO CONTRATO

6.12 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12.1 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12.2 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.14 – A fiscalização técnica será executada pelo servidor **RAFAEL MIGUEL ARAÚJO MESSIAS**, MAT. 14196, indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos do Município de Casimiro de Abreu/RJ.

6.15 – A fiscalização administrativa será executada pelo servidor **FELIPE PASCHOAL LINHARES**, MAT. 463, servidor designado pela Câmara.

6.16 - Além do disposto acima, serão atividades inerentes à Fiscalização do Contrato:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à Contratada de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar os serviços e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dar ciência à Contratada, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, que estejam em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela Contratada;
- j) Receber, conferir e diligenciar as Certidões Fiscais e Trabalhistas enviada pela Contratada;
- l) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)





DA MEDIÇÃO

7.1 - Ao final de cada etapa da execução da obra, na medida em que os serviços sejam efetivamente executados e de acordo com as parcelas mensais de desembolso previstas no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados conforme o período estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro.

7.2 - As medições serão efetuadas de acordo com a Memória de Cálculo, após vistoria e aceitação pela Fiscalização, devendo a Contratada fornecer os seguintes itens:

- a) Listagem com os dados dos funcionários na frente de trabalho e seus horários de trabalho diários;
- b) Relatório fotográfico da execução dos serviços;
- c) Relatório Diário de Campo;
- d) Cronograma Físico-Financeiro, com atualização mensal;
- e) Guias e Certidões exigidas pela Legislação;
- f) Planilha de Medição atestada pela Fiscalização da Câmara.

DO RECEBIMENTO

7.3 - Os serviços serão recebidos provisoriamente pela fiscalização, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4 - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5 - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6 - O pagamento da última medição ficará condicionado à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica e a Planilha de Controle Físico-Financeiro, do Termo de Recebimento Provisório e definitivo e do certificado de inexistência de débitos relativos às obrigações fiscais e trabalhistas relacionados com os serviços contratados.

7.7 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8 - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9 - O recebimento definitivo ocorrerá com a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal Técnico do Contrato mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria — que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias da data do Termo de Recebimento Provisório — e que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

7.10 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

DA FORMA DE PAGAMENTO

7.14- O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.15 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da Contratada, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.15.1- Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.16 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, após a concretização dos serviços, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.17 - A Contratada deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços.

7.18 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela Contratada deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.18.1 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.19 - O pagamento não será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.20 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;
- IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
- V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.21 - O pagamento à Contratada será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara e pelo Fiscal Técnico, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.21.1 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na modalidade **ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da obra é inferior ao limite legal vigente e que há plena caracterização do objeto.

8.2 - O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO**;

8.3 - O regime de execução será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, garantindo integração dos serviços, previsibilidade de custos conforme o uso da Tabela **EMOP-RJ** como base orçamentária, simplificação administrativa e plena responsabilidade do contratado sobre qualidade, prazos e entrega da obra em perfeitas condições de uso.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo de **R\$ R\$ 115.185,86 (cento e quinze mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**, conforme Planilha Orçamentária – ANEXO VI do Aviso.

9.2 - Tal valor foi obtido a partir de orçamento analítico, conforme composições dos custos unitários da tabela EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro) - referência junho/2025.

10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual prestação de serviço correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2025, a saber no Programa de Trabalho 01.031.0200.2.903.0000 e no Elemento de Despesa 3.3.90.39.99.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.





11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da Contratada, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.18 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.19 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.20 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

12.1.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

12.1.5 - Comunicar a Contratada para que emita Nota Fiscal Eletrônica – NF-e relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela Contratada.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da Contratada e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Constitui infração administrativa, a prática, pelo fornecedor, licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- 13.1.5.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.5.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.5.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.5.4 - deixar de apresentar amostra;
- 13.1.5.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
- 13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.6.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- 13.1.9 - fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.10.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.10.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.10.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.10.4 - apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;
- 13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 13.2 - O fornecedor, licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1 - Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 13.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 13.2.2 - Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 13.1.1 a 13.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:
- a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 13.1.1, incidente sobre o valor total do Contrato;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7, incidente sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, incidente sobre o valor total do Contrato;

13.2.2.1 - Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 13.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

13.2.2.2 - Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

13.2.2.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, licitante ou contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 13.13.

13.2.2.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3 - Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o fornecedor, licitante ou contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

13.4 - No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% do valor do Contrato.

13.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

13.5 - Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

13.5.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2 - as peculiaridades do caso concreto;

13.5.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

13.5.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

13.6 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da Câmara, sendo competente para aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.1, 13.2.2, 13.2.3 e 13.2.4, o Ordenador de Despesa, na forma do art. 156, § 6º, II, da Lei nº 14.133/2021.

13.7 - A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei estadual nº 5.427/2009.

13.7.1 - A aplicação de sanção será antecedida de intimação do fornecedor, licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

13.7.2 - A defesa prévia do fornecedor, licitante ou contratado será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.1 e 13.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.3 e 13.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.3 - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.8 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1 - Aplica-se o disposto na alínea “a” do item 13.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

13.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10.1 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.10.2 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração





Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.11 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.11.1 - O Fornecedor, licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.12 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.12.1 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

14.9 - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 055/2025, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Gleice Rosa da Silva Mescolin, mat. 024/PL e Felipe Paschoal Linhares, mat. 643.





CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

RUA FELICIANO SODRE, Nº 384 - CENTRO - CNPJ: 30.407.084/0001-43

CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

FONE: (22) 2778-1183



CÓDIGO DE ACESSO

0E2F3623D8294592909B1AE60D8BE411

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://cmcasimirodeabreu.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/0E2F3623D8294592909B1AE60D8BE411>